

**HABEAS CORPUS Nº 548.281 - RJ (2019/0355476-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
ROSANE MARIA REIS LAVIGNE - RJ037188  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : AYRES AMORIM DE SOUZA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de AYRES AMORIM DE SOUZA, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no julgamento do *Habeas Corpus* n. 0057400-06.2019.8.19.0000.

Noticiam os autos que, no dia 4/7/2019, a paciente teve decretada prisão preventiva em seu desfavor, nos autos da ação penal em que foi denunciada por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 288-A do Código Penal (e-STJ fl. 80).

Aduz a impetrante, em breve síntese, a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar da paciente, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Afirma que "*inexistem indícios de autoria da prática do delito por parte da acusada*" (e-STJ fl. 16).

Realça as condições pessoais favoráveis da ré, que seria primária, de bons antecedentes e com residência fixa, predcados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade, denotando, ainda, a desproporcionalidade de sua manutenção no cárcere antecipadamente.

Em arremate, assevera que, após a vigência da Lei nº 12.403/2011, o encarceramento *ante tempus* só estaria autorizado quando demonstrada a insuficiência e inadequação de medidas cautelares menos gravosas, dentre aquelas previstas no art. 319 do CPP, providência que alega não haver sido cumprida na hipótese dos autos.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva da paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor ou, subsidiariamente, que a medida constritiva seja substituída por providências cautelares alternativas (art. 319 do CPP).

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do habeas corpus para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

*In casu*, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho da decisão que decretou a prisão preventiva da paciente e demais corréus (e-STJ fls. 44-45):

*B). No tocante ao PEDIDO DE DECRETAÇÃO DAS PRISÕES PREVENTIVAS, analisando os elementos de prova carreados aos autos, entendo que a medida deve ser deferida. Importante notar que o fumus comissi delicti restou caracterizado pelo Inquérito Policial que conta com amplo acervo probatório, com interceptações telefônicas, apreensão dos aparelhos celulares dos envolvidos, devidamente periciados e especificadas as conversas em aplicativos de mensagens.*

*No mesmo giro, existem as declarações das testemunhas prestadas em sede policial, as quais fortalecem os indícios de autoria contra todos os réus. Com efeito, por se tratar de crime grave, que envolve a atividade de milicianos, bem como pelo fato de que houve emprego de arma de fogo, bem como processos intimidatórios em larga escala, a decretação da prisão preventiva se afigura necessária para garantia da ordem pública.*

*Nesse contexto, cumpre analisar a representação da Autoridade Policial, juntamente com o parecer do Ministério Público, na qual a autoridade policial relata que os ora denunciados são pessoas violentas e integrantes de um grupo paramilitar ("milícia") e utilizam a prática criminosa como meio de vida, que acertadamente promove pela decretação da prisão preventiva para evitar que os acusados exerçam seu poder intimidatório sobre as pessoas da região.*

*Assim, é evidente o risco de que, uma vez em liberdade, os denunciados repetirem a prática delituosa ou mesmo cometer outros crimes, em total desrespeito à sociedade, o que justifica o encarceramento cautelar visando à paz social, o que deixa por mais do que evidente a periculosidade concreta de todos os acusados.*

*Relativamente ao Periculum libertatis, verifica-se que a liberdade dos denunciados apresenta riscos concretos à integridade física das testemunhas, notadamente por se tratar de um processo complexo que envolve a atividade de supostos milicianos, de maneira que é prática comum a*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*intimidação das testemunhas, cujos depoimentos são essenciais para elucidação dos fatos e para o deslinde da causa. Assim, igualmente se fundamenta a decretação da prisão preventiva por conveniência da instrução criminal e também para garantir a aplicação da Lei Penal.*

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a paciente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

**MINISTRO JORGE MUSSI**  
**Relator**